



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE RETIRADA DE MATÉRIA DA PAUTA - PDL 36/2019

Requerimento de Retirada de Matéria da Pauta - PDL 36/2019

Senhor(a) Presidente da Comissão de Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável,

Requeiro a V. Exa, nos termos do art. 83, parágrafo único, II, “c”
combinado com o art. 117, VI, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a
retirada **da Ordem do Dia** do(a) PDL 36/2019.

JUSTIFICAÇÃO

Excesso de Poder Regulamentar O PDL 36/2019 argumenta que os dispositivos do Decreto nº 6.514/2008 e da Instrução Normativa IBAMA nº 3/2018 excedem o poder regulamentar do Poder Executivo. É fundamental que o Legislativo assegure que atos normativos não extrapolem os limites estabelecidos pela Constituição, garantindo o equilíbrio entre os poderes. Sustar esses dispositivos é necessário para corrigir abusos de autoridade e manter a legalidade das normas. **Desproporcionalidade das Sanções** As normas atuais impõem sanções severas, como a destruição de produtos e instrumentos utilizados em infrações ambientais, sem considerar adequadamente a proporcionalidade das medidas. A sustação desses dispositivos permitiria a reavaliação das penalidades impostas, assegurando que sejam justas e proporcionais ao dano causado, evitando prejuízos excessivos aos autuados. **Impacto Econômico** A aplicação desmedida de sanções administrativas pode gerar impactos econômicos significativos, especialmente em setores produtivos que dependem de recursos naturais. A revisão das normas possibilitará um equilíbrio entre a proteção ambiental e a viabilidade econômica



das atividades, promovendo um desenvolvimento sustentável sem comprometer a competitividade das empresas brasileiras. Necessidade de Transparência e Participação A elaboração de normas ambientais deve ser transparente e incluir a participação de todos os setores envolvidos, incluindo a sociedade civil e os setores produtivos, além do Poder Legislativo a quem cabe a iniciativa. A sustação dos dispositivos permitirá um debate mais amplo e democrático sobre as melhores práticas para a proteção ambiental, garantindo que as normas reflitam um consenso social e técnico. Portanto, solicito que esta egrégia Comissão rejeite o parecer emitido pela Relatora. Tal medida é essencial para garantir a legalidade dos atos normativos, assegurar a proporcionalidade das sanções, proteger a economia nacional e promover a transparência e participação na elaboração de normas ambientais.

Sala das Reuniões, ____/____/_____.

CORONEL CHRISÓSTOMO - (Vice-Líder)
PL/RO

